

**Escolas Indígenas e Políticas  
Interculturais no Nordeste Brasileiro**

© 2009 Copyright by Max Maranhão Piorsky Aires  
Impresso no Brasil / Printed in Brazil  
Efetuado depósito legal na Biblioteca Nacional

**TODOS OS DIREITOS RESERVADOS**

Editora da Universidade Estadual do Ceará - EdUECE  
Av. Paranajana, 1700 - Campus do Itaperi - Reitoria - Fortaleza  
- Ceará  
CEP: 60740-000 - Tel: (085) 3101-9893. FAX: (85) 3101-9603  
Internet: www.uece.br - E-mail: eduece@uece.br

Editora filiada à



**Produção Editorial**

Liduína Farias Almeida da Costa

**Capa**

Márcio Monte

**Foto da Capa**

Iana Soares Castelo Meireles

Crianças Tremembés, de São José e Buriti - CE

**Editoração Eletrônica**

Cristiê Gomes Moreira

Catálogo na Fonte da Biblioteca Central da  
Universidade Estadual do Ceará - UECE

Ficha Catalográfica:

E74 Escolas indígenas e políticas interculturais no  
Nordeste brasileiro / Max Maranhão Piorsky  
Aires (org.). \_\_\_\_ Fortaleza. EdUECE, 2009.  
215p.

Bibliografia no final de cada trabalho.

ISBN: 978857826038-5

1. Escola indígena.
2. Políticas interculturais.
3. Nordeste brasileiro.
4. Antropologia da educação.

CDD: 572

# Sumário

Prefácio

*Rodrigo de Azeredo Grünewald* 07

Introdução

*Max Maranhão Piorsky Aires* 11

De Aculturados a índios com cultura: estratégias de representação do movimento de professores tapebas em zonas de contato

*Max Maranhão Piorsky Aires* 17

A Educação diferenciada como mediadora do processo de emergência étnica: o caso Potiguará da Serra das Matas

*Carmen Lúcia Silva Lima* 59

Reflexões em torno das experiências de construção de "uma escola do nosso jeito"

*Rita Gomes do Nascimento* 85

Tupi or not Tupi? Indigenismo e objetificação cultural entre os potiguaras da Paraíba

*Estêvão Martins Palitot* 109

Função social da escola Xukuru

*Heloisa Eneida Cavalcante* 135

O "Resgate cultural" como valor: reflexões sobre experiências de um antropólogo militante em programas de formação de professores indígenas no Nordeste e em Minas Gerais

*José Augusto Laranjeiras Sampaio 155*

Do Outro lado da ponte: perspectiva sobre a educação escolar indigen(ist)a

*Marivania Leonor Souza Furtado 165*

Análise da política de educação escolar indígena no Brasil a partir de 1999

*Eliene Amorim de Almeida 191*

Sobre os autores *213*

# A Educação diferenciada como mediadora do processo de emergência étnica: o caso Potiguara da Serra das Matas<sup>(\*)</sup>

*Carmen Lúcia Silva Lima*

## Introdução

No Brasil, um número crescente de grupos sociais vem reivindicando o reconhecimento de sua alteridade. Desde a década de 1970, temos os “remanescentes indígenas” e, a partir da década 1990, os “remanescentes quilombolas”. Estas emergências étnicas apontam para a ***etnicização da política*** (ARRUTI, 2002) em razão do estabelecimento de uma íntima relação entre cultura e política, sendo o inverso também verdadeiro. Os embates travados na arena política estão localizados no âmbito do Direito. Estamos diante de uma criação de sujeitos políticos, que se organizam por meio da mobilização de uma série de elementos da identidade comum e de caráter localizado, em vista da conquista de recursos.

---

<sup>(\*)</sup> Uma versão preliminar deste ensaio foi apresentada no GT 12: "Educação Indígena: abordagens antropológicas de processos escolares e não escolares de ensino e aprendizagem", da VII Reunião de Antropologia do Mercosul, realizada 23 a 26 de julho 2007, em Porto Alegre (RS).

Mais recentemente, outras identidades coletivas, tais como as quebradeiras de coco-babaçu, as artesãs de arumã do rio Negro, os seringueiros e os castanheiros, os ribeirinhos e os atingidos por barragens, estão se afirmando. Coetâneas do movimento quilombola, elas com ele coexistem em termos de mobilização étnica (ALMEIDA, 2002).

A emergência étnica indígena, que é o foco do meu interesse, embora seja verificada em outras regiões do País, é um fenômeno que vem ocorrendo de maneira mais expressiva no Nordeste brasileiro. Para se ter uma noção do seu dinamismo, segundo os dados da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, na década de 1920 do século XX contávamos com apenas um grupo indígena reconhecido pelo Estado nesta região, os “carnijós”, ou Fulni-ós, como são mais conhecidos. Este reconhecimento abriu precedentes para as reivindicações de outros segmentos populacionais. Na década de 1930, passamos a contar com três grupos, na década de 1940, com sete. Nas décadas de 1950/60, nenhuma emergência foi verificada. Nos anos 1970, elas reaparecem em número de quatro. Na década de 1980, são quatorze e até o final da década de 1990, totalizam dez. Atualmente, não há uma precisão quanto a esse quadro, pois novos grupos continuam emergindo. O certo é que já se pode afirmar que este fenômeno vem revertendo um quadro tido como consumado, uma vez que a assimilação e o desaparecimento dos indígenas eram considerados como certos, resultando na constituição de um “nordeste indígena” (ARRUTI, 1997 e 2002).

Contemplando especificamente o Ceará, a projeção dos grupos indígenas acontece a partir da década de 1980. Inicialmente, tivemos os Tapebas, os Tremembés, os Pitaguarys e os Jenipapos-Kanindés; em seguida, os Kanindés, os Kalabaças, os Potiguaras, os Tabajaras, os Tupinambás e os Kariris. Mais recentemente se organizaram os Anacés, os Paupinas (Potiguara), os Gaviões, os Tubibas-tapuios e, discretamente, os Jucás. Os Potiguaras

da Serra das Matas, focalizados neste ensaio, fazem parte deste processo de emergências indígenas.

Culturalmente eles não se diferenciam dos demais habitantes da serra das Matas. Esta constatação nos permite assegurar, aplicando a perspectiva teórica de Eriksen (2002), que a diferença cultural não é uma prerrogativa para as relações interétnicas. Sendo assim, dois grupos podem ser iguais em sua forma cultural, pois, desde momento em que se considerem distintos, passarão a agir com vistas a fundamentar esta diferenciação. Consequentemente, eles podem ser culturalmente distintos, mas não se constituirão como grupos étnicos se não houver esta consciência, que vai sendo fabricada ao longo das interações.

Na afirmação da identidade e reivindicação dos direitos indígenas, por parte dos Potiguaras, a educação diferenciada merece destaque, uma vez que foi com a implantação da escola indígena, por parte da Secretaria de Educação do Estado do Ceará – SEDUC, que alguns núcleos familiares residentes na serra das Matas projetaram sua etnicidade indígena. Inseridos numa realidade local marcada por conflitos, a reivindicação deste direito tornou-se uma boa opção diante dos impasses que se constituíram desde a divergência de interesses, seja com o poder público local, com os núcleos familiares antagônicos ou com outros segmentos sociais, tais como os assentados e os proprietários rurais.

Segundo os dados dos próprios indígenas, eles totalizam cerca de 2.000 pessoas. Habitam a região da serra das Matas, no centro-oeste do Ceará, mais especificamente na microrregião do Sertão de Crateús. Atualmente estão organizados na zona urbana de Monsenhor Tabosa e na zona rural: nas localidades de Chupador, Espírito Santo, Longar, Merejo, Mundo Novo, Passagem, Pau-ferro, Passarinho, Pitombeira, Tourão e Várzea. No Município de Tamboril, estão na localidade Viração. Os dados que servem de base para esta produção foram coletados prioritariamente em Mundo Novo, Jacinto e Viração. Por esta razão este relato, embora não se limite a elas, terá como referência estas três aldeias.

## A criação das escolas indígenas

Em Mundo Novo, a história da educação escolar se inicia com Maria Tomázia, a ancestral dos Paixões, núcleo familiar predominante nesta comunidade, que sabia ler e escrever. Os Potiguara afirmam que ela aprendeu em algum aldeamento com os padres da Igreja Católica. Já Anastácio Martins, ex-presidente do Sindicato dos Proprietários Rurais de Monsenhor Tabosa, sustentava que ela foi escrava de seus antepassados, que eram pessoas muito bondosas e por isto ensinaram a ela, assim como a muitos de seus escravos.

Na década de 1960, Madalena, que aprendeu com Maria Tomázia, passou a alfabetizar várias pessoas da comunidade. Somente em 1983 acontece a implantação da escola convencional mantida pela Prefeitura, sendo Teka e uma de suas primas, membros da família Paixão, as professoras. Na época, elas lecionavam até a terceira série do ensino fundamental; quem ultrapassasse este nível deslocava-se para a Sede do Município ou comunidades vizinhas. Assim funcionou a escola, até que os Paixões passaram a questionar algumas ações do Poder público, resultando em conflitos. Essa nova postura, segundo os membros da comunidade, resulta da consciência que adquiriram após a participação no Sindicato dos Trabalhadores Rurais e nas pastorais sociais da Igreja Católica. Neste novo contexto, marcado por divergências, Teka foi afastada da escola. Em seu lugar, foram colocadas professoras “de fora” (que não residiam em Mundo Novo e não pertenciam à família dos Paixões) e que eram aliadas políticas do prefeito.

Com a chegada das professoras de fora, inicia-se na comunidade uma fase caracterizada pela ausência de aprendizagem e insatisfações. Os moradores de Mundo Novo afirmam que não entendiam nada do que as novas professoras falavam, porque a metodologia utilizada não convergia com a vida deles. Já estas professoras afirmam que eles são um “povo rudo”, sem inteligência, e por isto não aprendiam.



Esta situação se estendeu até o dia 31 de janeiro de 2000, quando decidiram ocupar a escola do Município dirigida pelo Sr. José Pereira da Silva, vulgo Zé Mano. A partir deste dia, sempre que as professoras de fora chegavam para dar aula, havia alguém de Mundo Novo em seu lugar, deixando-as sem espaço para exercer seu ofício.

Informada da ocupação da escola, a secretária de Educação, acompanhada de policiais, fez uma reunião com todos da comunidade, buscando exercer seu poder através do *domínio legal* (WEBER, 1991). Esta tentativa fracassou, pois, terminada a reunião, os Paixões continuaram se revezando na sala de aula, impedindo o acesso dos professores do Município à sala.

Assim permaneceram até o dia 6 de fevereiro, quando o Município mudou de tática; cortou a merenda escolar ainda na tentativa de retomar o seu domínio. Mesmo diante das estratégias do Município, eles continuaram firmes no seu propósito.

Com este conflito, emerge a questão indígena. Antes ela já estava posta, porém aqui ela adquire novas conotações. Ao ocuparem a escola indígena, reivindicaram a implantação da educação diferenciada, direito assegurado às populações indígenas.

Sobre a questão indígena, ela se inicia na década de 1990 com a atuação da Pastoral Raízes Indígenas, criada na Diocese de Crateús. A pedido de Dom Frágoso, bispo desta Diocese, a missionária belga Margaret Mafliet iniciou um trabalho pastoral de resgate e conscientização das raízes indígenas na área de atuação da Diocese. Depois da criação desta pastoral, com o aprofundamento da questão indígena, alguns membros da pastoral passaram a se identificar como indígenas e a organizar suas famílias como grupos étnicos.

Em Mundo Novo, depois do afastamento do Município e do corte da merenda escolar, a escola funcionou por um ano sob a responsabilidade dos Paixões. Nela os professores da comunidade davam aula voluntariamente. Somente em 2001, a SEDUC os assumiu como escola diferenciada, funcionando, assim, até o momento.

Nas falas acerca do embate entre eles e o Município, verifiquei que, na busca da legitimação da identidade indígena e do acesso à educação diferenciada, além de incorporar os aspectos de sua cultura e de sua história, eles acionaram as recordações de todo o “processo educacional” vivenciado na comunidade. Desse modo, merece atenção o fato: quando esta dimensão era responsabilidade das pessoas que fazem parte do grupo, não há relatos de insatisfações. Mesmo quando é implantada a educação convencional, sendo as professoras membros da comunidade, o conflito não é evidenciado. No momento em que a educação passa a ser assumida pelos “de fora”, emergem os atritos.

A aquisição da escola indígena em Mundo Novo teve efeitos positivos em duas dimensões. Internamente, ela, além de tornar o grupo mais coeso, elevou a autoestima de todos eles como agentes políticos. Externamente, projetou a etnicidade indígena, demarcando uma nova fase, caracterizada pelo reconhecimento oficial presente na implantação da educação diferenciada, um direito assegurado às populações indígenas na Constituição Federal e na atual Lei de Diretrizes e Base – LDB.

Sobre o reconhecimento da SEDUC, pode-se verificar que ele motivou novas ações em Mundo Novo. A escola ocupada, denominada de Grupo Escolar São José, tornou-se Escola de Ensino Fundamental Indígena Potyguara da Serra das Matas ou Centro Cultural Indígena Potyguara. A morada dos Paixões, que era denominada de Mundo Novo, passou a ser Aldeia Mundo Novo. A Associação São Sebastião, existente em seu meio, transformou-se em Conselho Indígena Potyguara da Serra das Matas. Adotaram Tonha como cacique e Seu Darico como pajé. E finalmente, no ano de 2001, criaram celebrações de casamento e batizado na “religião indígena”. A primeira destas celebrações foi realizada durante a publicação do livro *Povo Caceteiro da Serra das Matas - A força que vem da terra*, de autoria dos professores da comunidade e financiado pela SEDUC.

Algumas das mudanças ora citadas se enquadram no *processo de territorialização* gerado pela política indigenista do século XX, que envolveu as populações indígenas no Nordeste, descrito por Oliveira Filho (1999). Em linhas gerais, este processo trouxe consigo a imposição de instituições e crenças características de um modo de vida próprio dos índios que habitam reservas indígenas. Dentre os componentes desta ‘indianidade’, ganha destaque a estrutura política e ritual. “A organização política em quase todas as áreas passou a incluir três papéis diferenciados – o cacique, o pajé e o conselho (isto é membro do ‘conselho tribal’) -, tomados como ‘tradicionais’ e ‘autenticamente indígenas”. (OLIVEIRA FILHO, 1999:25).

É certo que os Potiguaras, no momento de sua emergência, não contaram com a ação direta da agência político-administrativa oficial, a FUNAI. No caso deles, este contato se deu indiretamente, via movimento indígena. Na medida em que passaram a participar dos encontros e articulações com outros grupos que tinham cacique, pajé e conselho, eles resolveram fazer esta adoção. Esta prática de invenção de tradições (HOBSBAWN, 1997) pode ser facilmente verificada nas demais etnias no Ceará e no Nordeste, o que nos permite afirmar que os grupos indígenas não estão e não agem de forma isolada. As relações que se estabelecem nos permitem visualizar a existência de uma organização em **rede** (CASTELLS, 2002[1942]).

Retomando a criação da escola indígena em Mundo Novo, a descrição feita até o momento nos mostra como os Paixões se projetaram e afirmaram sua etnicidade indígena no cenário em que estão inseridos. Se antes a questão indígena já estava posta, a partir da ocupação e da conquista da escola indígena, ela alcança a esfera do Poder público oficial, ou seja, a Prefeitura Municipal de Monsenhor Tabosa e o Governo do Estado do Ceará, mediante a ação da SEDUC.

A conquista da escola indígena em Mundo Novo serviu de motivação para novas adesões ao processo de emergência étnica

Potiguara. Em torno da escola indígena, criou-se toda uma **rede** de relações, a fim de se viabilizar e projetar a afirmação da etnicidade indígena. Passemos a Jacinto, para ver como se efetivou a adesão desta comunidade.

Nessa localidade, habitada majoritariamente pela família Bento e Ugena, a história da educação escolar se inicia como em Mundo Novo, ou seja, sendo desenvolvida nas casas, até que o Poder municipal efetuou a construção de um prédio e implantou o ensino convencional. Após a criação da escola do Município, merece destaque a atuação de Lindalva, esposa de Genésio Sampaio, da família dos Bentos. Estes moravam em Espírito Santo, até que em 1979 chegaram a Jacinto. Uma vez na comunidade, ela passou a trabalhar como professora, tornando-se a primeira diretora da escola, cargo que ocupou quase ininterruptamente. Desse só foi afastada no ano de 1984, quando Chico Madeira se torna prefeito de Monsenhor Tabosa. Ela, como partidária de Zé Souta, era oposição ao atual prefeito. Em seu lugar, foi nomeada Marlúcia.

Na eleição seguinte, o lado de Zé Souta volta ao poder e com ele Lindalva assume mais uma vez a direção da escola. Marlúcia, desgostosa, se afasta totalmente da escola e vai morar em Brasília. Ao retornar, sabendo das reuniões que estavam sendo realizadas em Mundo Novo em torno da questão indígena, resolveu participar.

Essas reuniões foram muito importantes na construção da etnicidade dos Potiguaras e tiveram início no ano de 1998, quando se intensificou o engajamento dos Paixões na Pastoral Raíces Indígenas. A ação desta pastoral contemplava a realização de estudos e pesquisas com vistas a resgatar a cultura e a identidade indígena de seus membros. Sob a orientação de Teka, que dessa pastoral fazia parte, iniciou-se a coleta das histórias dos mais velhos sobre os índios do passado.

Ainda nessas reuniões, acontecia o repasse do conteúdo assimilado nos eventos proporcionados pela pastoral. Refletiam sobre cultura, identidade indígena, história e direitos indígenas.

Foi em uma destas reuniões, no ano de 1999, que os moradores de Mundo Novo redigiram um abaixo-assinado para a FUNAI, solicitando a vinda do GT para o reconhecimento do grupo como indígena e a demarcação da localidade onde residem como terra indígena. Diante da ineficiência deste órgão em responder à reivindicação feita, passaram a buscar outras estratégias de legitimação e acesso aos direitos indígenas. Os Paixões, sabedores do “contexto favorável” em termos de educação indígena no Estado do Ceará, resolveram ocupar a escola do Município e reivindicar a implantação da educação diferenciada.

Quanto à integração do Jacinto, é importante ressaltar que Marlúcia e algumas pessoas da comunidade passaram a frequentar essas reuniões, também chamadas de aula, e com esta participação iniciam o processo de afirmação da identidade indígena. Aos poucos, o resgate e a elaboração da identidade foi se consolidando. Com a conquista da escola indígena em Mundo Novo, os moradores do Jacinto se motivaram ainda mais e passaram a agir seguindo na mesma direção. No ano 2000, resolveram organizar a escola indígena na comunidade, ensinando como voluntários. Assim permaneceram, até que, em 2002, a SEDUC efetuou o primeiro contrato de professora, o de Marlúcia. Em 2003, foi a vez de Eliete. Atualmente, além das duas, atuam Aninha, Fabiana e Valnísia.

Depois de Mundo Novo e Jacinto, a próxima comunidade Potiguara a implantar a escola indígena foi a de Viração, no ano de 2001. Assim como em Mundo Novo, nesta comunidade, a educação escolar traz consigo uma história de embates, porém, com uma diferença: em Viração, as disputas são travadas, além do Poder público municipal, entre os núcleos familiares da própria comunidade (Ciana, Henrique, Marciano e Raul).

Segundo a memória dos moradores dessa comunidade, a primeira professora foi dona Francisquinha, esposa do Sr. Raimundo Henrique, a qual dava aulas em sua casa. A partir de 1960, Francisco Lidugero e Raimunda Lidugero assumiram este ofício. Somente na década de 1970, a Prefeitura de Tamboril construiu

o grupo escolar, implantou o ensino convencional, contratando Neném e Fátima como professoras. No ano de 1972, a primeira, casada com Chico Henrique, do núcleo dos Henriques, foi afastada. Este quadro permaneceu até o início da década de 1980, quando a comunidade passou a se empenhar na fundação do Partido dos Trabalhadores - PT.

Embora a questão política tenha sido o motivo deste conflito, segundo os moradores, já havia uma insatisfação quanto à escolarização realizada na comunidade, pois “a escola estava nas mãos dos Marcianos. Até a chave ficava com eles” (Arimatéia, 53 anos, Viração). Fátima, a professora, além de ser de fora da comunidade, é casada com Zé Luis, filho de Luis Marciano.

No ano de 1983, quando estavam reunidos na escola, foram expulsos pelos Marcianos. A partir de então, apressaram a construção do Centro Comunitário, que contou com recursos do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tamboril, e continuaram firmes na articulação para a fundação do PT. Retiraram os filhos da sala de aula de Fátima e colocaram na sala de Sebastiana e Socorro, que naquela ocasião também eram professoras na comunidade. Em resposta, o prefeito demitiu as duas. A demissão de Sebastiana e Socorro causou uma revolta ainda maior nas pessoas da comunidade. Estas, desde então, retiraram as crianças da escola do Município, que ficou fechada por falta de alunos. Neste período, os alunos passaram a estudar em Lagoinha, distante cinco quilômetros de Viração. Assim permaneceram até que eles souberam o que havia ocorrido em Mundo Novo. Ficaram entusiasmados diante da conquista da escola indígena por parte da família dos Paixões e como também refletiam sobre a identidade indígena por meio da atuação da Pastoral Raízes Indígenas, resolveram buscar ajuda nesta comunidade.

Sibá, que faz parte da comunidade de Mundo Novo, ajudava Teka desde o início na escola indígena. Em razão da experiência acumulada, foi enviada pela comunidade para colaborar na fase inicial de implantação da escola indígena em Viração. Durante o

ano de 2000, tempo em que ela passou a residir nesta comunidade com seu marido e suas três filhas, dava aulas no Centro Comunitário para os adultos e os adolescentes.

No ano de 2001, após um ano de experiência, a própria comunidade passou a assumir a escola indígena. Foram contratados pela SEDUC dois professores: Beto, do núcleo dos Henriques, e Elisa, do núcleo dos Cianas. Como a Assembléia dos Povos Indígenas da Região de Crateús seria realizada nessa comunidade, aproveitaram o evento para pressionar o prefeito, que era do mesmo partido que o governador, e conquistaram o grupo escolar.

Em 2001, eu a Marlene e o Zé Chico, nós fomos lá no prefeito. Estava previsto a assembléia indígena, aquela que você veio aqui pela primeira vez. Aí nós tivemos a idéia de dizer que estava vindo os indígenas de todo o Estado do Ceará e a SEDUC. Por que a educação dos indígenas era estadual, a SEDUC tava exigindo que a assembléia fosse no grupo e que a escola ficasse funcionando no grupo e sendo estadual. Quando a gente disse isto, ele disse: eu não só cedo, como faço a reforma do prédio. Isto tava faltando quinze dias pra assembléia. Nestes quinze dias ele deu o grupo todo restaurado (ARIMATÉIA, 53 anos, Viração).

Quando a comissão retornou da Cidade com a notícia, houve uma reação dos Marcianos. “Pra entregar a chave foi preciso o Pedro Timbó (o prefeito) vir na casa do Luis Marciano. Quando veio o pessoal da reforma, já não procuraram mais o Luis Marciano. Já se arrancharam no Sebastião Chico [núcleo dos Cianas]” (Arimatéia, 53 anos, Viração).

Sobre a contratação dos professores indígenas nesta comunidade, pode-se afirmar que há íntima relação com o parentesco. Os professores contratados pela SEDUC pertencem ao núcleo dos Cianas (Elisa, Zezé e Simone) ou dos Henriques (Beto, Cleomar). Esta predominância é vista pelo núcleo dos Marcianos como uma forma de exclusão. Para eles, a questão

indígena é apenas um pretexto para retirá-los da escola, assim como de outras atividades.

Feita a descrição de como se processou a criação das escolas indígenas em Mundo Novo, Jacinto e Viração, rapidamente podemos alargar este horizonte de compreensão, contemplando mais algumas adesões.

Quando os Paixões ocuparam o prédio da escola do Município, a reivindicação de implantação da educação diferenciada vinha acompanhada da exigência de que todos os professores fossem de Mundo Novo, porém, como não havia ninguém capacitado para lecionar Matemática na comunidade, nesta fase inicial, abriram uma exceção, Chico Dimas, o qual vive na zona urbana de Monsenhor Tabosa e pertence à família dos Bentos.

Para entender melhor como ele foi integrado à comunidade, passei a analisar os discursos que a ele fazem referência. Verifiquei que, mesmo não residindo em Mundo Novo e não tendo nenhum parentesco biológico com a família dos Paixões, ele é tido como um forte aliado, sendo muitas vezes considerado membro do grupo, porque, quando na zona urbana de Monsenhor Tabosa duvidam da legitimidade da identidade indígena, Chico Dimas se coloca como defensor.

No período de 1 a 22 de fevereiro de 2002, foram realizadas audiências públicas, promovidas pelo Procurador da República, Paulo Roberto de Alencar Araripe Furtado, nos municípios cearenses onde se encontram os grupos indígenas organizados: Acaraú, Aratuba, Aquiraz, Canindé, Caucaia, Crateús, Itarema, Maracanaú, Monsenhor Tabosa, Novo Oriente, Pacatuba, Poranga e Tamboril. Estes eventos tiveram como objetivo propiciar a maior visibilidade da questão indígena no Estado do Ceará, por intermédio de apresentações e discussões com as comunidades locais. No dia 2 de fevereiro de 2002, foi a vez de Monsenhor Tabosa, Município que até aquele ano contava apenas com a presença de dois grupos indígenas: os Potiguaras e os Tabajaras.



Depois de realizada a audiência entre os tabosenses, acirraram-se os conflitos em torno da existência de indígenas neste município. Como foi anunciada a criação de uma extensão da escola indígena na localidade de Passarinho, muitos interpretaram que os Potiguaras do Mundo Novo invadiriam estas terras. Alguns proprietários da região que seria supostamente invadida, amedrontados com esta versão, passaram a se reunir, sob a liderança de Anastácio Martins de Araújo, o então Presidente do Sindicato dos Proprietários Rurais de Monsenhor Tabosa. Nestas reuniões, levantaram argumentos para a negação da indianidade de seus conterrâneos e contrataram uma advogada, Erinalda Escarcela, para defender seus interesses.

No dia 4 de fevereiro, no programa Barra Pesada, da rádio local Serra Branca, que tinha como locutor Fernando Rodrigues e ia ao ar no horário das 12h, Tarso Martins se apresentou. Em seu pronunciamento, negou a existência indígena no Município, afirmando que a performance dos Tabajaras do Olho d'Água dos Canutos e dos Potiguaras do Mundo Novo foi uma fantasia.

Por ocasião da audiência pública, os dois grupos indígenas se vestiram de “índios” e dançaram o toré, dança indígena assimilada e utilizada como sinal diacrítico (CUNHA, 1986) em vista do reconhecimento da indianidade por muitos dos índios no Nordeste (ARRUTI, 1999; BRASILEIRO, 1999; CARNEIRO MARTINS, 1999). Esta performance é recorrente nos atos públicos, sendo adotada não apenas pelos indígenas de Monsenhor Tabosa. Esta atuação é muitas vezes recriminada pelos segmentos da população não-índia, que a consideram fictícia, porque, no cotidiano, ninguém os vê assim.

Chico Dimas, após a declaração de Tarso Martins, compareceu à emissora para prestar esclarecimentos. Neste momento, publicamente assumiu sua identidade indígena: “Vou falar na condição de indígena assumido. Esta é a premissa básica do ser indígena, é se assumir”. Mais conhecido como Chico

Dimas, passou a ser chamado de Chico Potiguará, tanto pelos moradores de Mundo Novo quanto pelo povo da Cidade.

Com a adesão de Chico Dimas e dos parentes do Jacinto, a família dos Bentos, que reside na região da Várzea<sup>1</sup>, buscou ajuda em Mundo Novo e passou a reivindicar a criação de escolas indígenas também entre eles, no final de 2003. Como o processo de criação das escolas indígenas já estava mais consolidado, eles iniciaram a emergência étnica, contando com a implantação das escolas. Em 2004, abriu-se sala de aula na Várzea, Passagem, Longar e Espírito Santo. Seguindo estas, em 2005, novas turmas foram lotadas em Boa Vista e no assentamento Xique-xique. E finalmente em 2006, houve a abertura de turma na Sede do Município de Monsenhor Tabosa e em Grota Verde, no Município de Tamboril.

Algumas tensões emergiram com estas adesões e alguns indígenas criticaram a rapidez com que elas se efetivaram. Os moradores de Viração, por exemplo, sustentam que todas estas comunidades deveriam passar por um estágio e, só ao final deste, poderiam ser incorporadas ao movimento indígena e, conseqüentemente, à educação escolar indígena. Para fundamentar este pensamento, evocam a trajetória de adesão das comunidades que iniciaram o processo de emergência étnica na serra das Matas: todas elas iniciaram com a reflexão e resgate da cultura indígena, depois passaram a organizar a escola indígena, ensinando como voluntários e só depois conseguiram os contratos da SEDUC. Com a criação da escola indígena na localidade de Grota Verde, esta visão dos Potiguaras da Viração tornou-se evidente.

Em virtude da decisão da SEDUC de nuclear as escolas indígenas por município, os Tabajaras da Grota Verde deveriam trabalhar articulados com os Potiguaras da Viração, pois estão

---

<sup>1</sup> A região da Várzea dos Bentos é composta pelas localidades de Várzea, Longar, Espírito Santo, Passagem e Pau-ferro. Essa denominação se deve ao fato de que todas são habitadas majoritariamente pelo núcleo familiar Bento.

localizados em Tamboril. No momento da efetivação desta medida, estes tentaram dificultar a criação da escola daqueles, alegando que esta estava acontecendo de forma precipitada. Propuseram, pois, a adoção do estágio e se colocaram à disposição para acompanhar o processo. Assim, desejavam repetir a experiência positiva feita por eles com a vinda de Sibá de Mundo Novo para Viração. Os Tabajaras da Grota Verde divergiram, pois não concordam que sejam necessários o estágio e o acompanhamento como pré-requisito ao acesso aos benefícios e aos direitos indígenas, neste caso aos contratos da SEDUC. Para resolver o impasse, os Tabajaras recorreram a Mundo Novo e foram nucleados na Escola Povo Caceteiro, sediada nesta comunidade.

Os Potiguaras do Mundo Novo, por estarem à frente do processo de abertura das salas de aula, contestam a postura de resistência às novas adesões, afirmando não ser possível impedir que elas aconteçam; afinal, todas as comunidades que buscam ajuda, com exceção dos Rodrigues da Boa Vista, são compostas por parentes dos indígenas integrados ao movimento indígena local. Desse modo, eles possuem os mesmos direitos.

A adesão dos Bentos para alguns é a mais complicada, principalmente quando os identificam como “gente danada”, “briguenta”, “valente” ou como “tomadores de terra”. Há uma certa desconfiança em relação à incorporação deste núcleo familiar ao processo de emergência étnica Potiguara. Alguns membros da família dos Paixões afirmam que inicialmente acolheram os Bentos do Jacinto em razão da mistura com os Ugenas, pois estes sim são indígenas como eles; já “os Bentos (da Várzea) são índios, mas de outro tipo” (Tonha, 69 anos, Mundo Novo). Mesmo que tenham consciência desta diferença, não há como excluí-los, pois, quando eles buscaram ajuda em Mundo Novo para abrir as escolas indígenas, afirmaram literalmente: “Os Bentos do Jacinto e Chico Dimas são nossos parentes, se eles são indígenas, nós também somos”.

Os Bentos são considerados indígenas. Dentre as comunidades indígenas, em nenhum momento verifiquei afirmações que colocassem em dúvida esta condição, mas o pertencimento à etnia Potiguara é incerta. Embora eles adotem este etnônimo, por vezes se evidenciam discursos que apontam na direção de uma origem diversa, por isso, mesmo sem o apoio da maioria da família, parte dos Bentos residentes na comunidade de Pau-ferro recentemente passou a se identificar como Tubiba-Tapuio, ou Tapuia-Tubiba. Uma vez que o contexto no qual se desenvolvem as relações indígenas é marcado por tensões e dinamismos constantes, caso surjam divergências mais significativas, considerando a consciência da origem diversa, aumentarão as possibilidades de uma cisão maior entre os núcleos familiares que compõem os Potiguaras na serra das Matas.

Ainda em relação ao parentesco como critério de identificação, reação maior houve por parte dos Tabajaras do Olho d'Água dos Canutos, também residentes em Monsenhor Tabosa. Para estes, só pode ser indígena na região quem pertencer à família dos primeiros núcleos familiares que se assumiram na região, ou seja, os Paixões de Mundo Novo, os Da Luz (Ciana e Henrique) da Viração e os Canutos, Ambrósios ou Brazes, que são a sua família.

Os Tabajaras criticam também a rapidez com que foram implantadas as escolas indígenas nestas novas comunidades. Neste aspecto, concordam inteiramente com os Potiguaras da Viração, que defendem a existência de um estágio antecedendo o acesso aos benefícios e direitos indígenas; porém os Tabajaras foram mais longe em sua posição. Enviaram uma denúncia à SEDUC, à FUNAI e à revista indígena *Mensageiro*, do Conselho Indigenista Missionário - CIMI.

Com esta denúncia, as relações entre os Tabajaras e os Potiguaras do Mundo Novo ficaram ainda mais tensas. As pessoas que compõem estes dois grupos indígenas possuem uma trajetória comum em termos de militância nos movimentos sociais, pastorais

da Igreja Católica e partido político<sup>2</sup>, contudo, há algum tempo, vêm se distanciando, em razão de opções e posturas divergentes. Os Potiguaras, embora sejam membros do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Monsenhor Tabosa e também eleitores cativos do PT, vêm priorizando a participação e a articulação do movimento indígena. Os Tabajaras se assumem como indígenas, mas priorizam a participação no sindicato e no PT.

A questão política foi um agravante nas relações dessas duas etnias. Na eleição do ano de 2004, Chico Dimas foi candidato a vice-prefeito na chapa de Chico Madeira (PMDB). Luiza Canuto, uma das maiores lideranças dos Tabajaras, do Sindicato do Trabalhadores Rurais de Monsenhor Tabosa e do PT, também foi candidata a prefeita pelo PT. O terceiro candidato foi Joãozinho (PSDB), indicado por Zé Souta, o atual prefeito, tido como inimigo dos indígenas. A votação de Luiza foi pouco expressiva (167 votos), porém a disputa entre Chico Madeira (5.037 votos) e Joãozinho (5.002 votos) foi acirrada, sendo o primeiro vencedor com uma pequena diferença (35 votos). Alguns moradores de Mundo Novo, até então eleitores fiéis do PT, antes da eleição, haviam afirmado que não votariam em Luisa, pois ela não tinha chances de ganhar e porque Chico Madeira era uma boa opção, uma vez que seu vice era Chico Dimas. Quando saiu o resultado da votação, passou a ser divulgado o boato de que os Paixões haviam sido os responsáveis pela eleição de Chico Madeira. Isto desagradou profundamente os Tabajaras, os quais passaram a qualificar como traição a suposta postura política dos Potiguaras do Mundo Novo.

Esses fatos resultaram na constituição de um novo contexto no Município de Monsenhor Tabosa, resultando na mudança das relações entre os Potiguaras e o Poder público local. Agora, eles não mais se sentem perseguidos por este, que passou a ser um parceiro do movimento indígena. Verifiquei isso principalmente no dia 19

---

<sup>2</sup> Para conhecer a trajetória dos Potiguaras do Mundo Novo, ver Lima (2003) e dos Tabajara do Olho d'Água dos Canutos, ver Almeida (2005).

de abril de 2006, quando os indígenas fizeram uma manifestação no centro da Cidade, comemorando o Dia do Índio. A Prefeitura assumiu quase totalmente os gastos do evento. Cedeu os transportes para deslocamento dos indígenas, o carro de som para manifestação, o local e o almoço para todos os presentes. Ao longo de toda a caminhada pelo centro da Cidade, o prefeito esteve à frente, afirmando seu apoio incondicional aos indígenas do Município. Este fato revoltou ainda mais os Tabajaras do Olho d'Água dos Canutos.

Para entendermos melhor o aborrecimento dos Tabajaras ante a aproximação dos Potiguaras com o atual prefeito, devemos retroceder alguns anos na conjuntura política de Monsenhor Tabosa. No ano de 1984, Chico Madeira foi eleito prefeito e Sebastião Messias, índio Tabajara, vereador. Em virtude das irregularidades na administração, Sebastião Messias denunciou Chico Madeira na Câmara de Vereadores, o que resultou em seu afastamento temporário do cargo. Depois de recorrer à justiça, Chico Madeira retornou à Prefeitura, porém contando sempre com a oposição acirrada de Sebastião Messias na Câmara de Vereadores.

Sobre a denúncia dos Tabajaras enviada à SEDUC, à FUNAI e publicada na revista *Mensageiro*, os Potiguaras responderam fazendo também acusações. Afirmaram que os Tabajaras desconhecem a articulação e todos os eventos do movimento indígena na serra das Matas, pois, ao priorizarem sempre as atividades do Sindicato ou do PT, se tornaram ausentes destes espaços. Por esta razão, desconhecem o processo de criação das escolas indígenas implementadas pela SEDUC nas novas comunidades.

Com a criação das escolas indígenas, os Potiguaras passam a receber a assistência da SEDUC. Na medida que integram as atividades por ela desenvolvidas, vão se apropriando dos conteúdos e recursos ofertados, colocando-os a serviço de seus interesses e necessidades. O processo de construção da identidade indígena em curso é intensificada e mediada pela formação recebida. Para melhor entender como isto ocorreu, vejamos alguns dados sobre a atuação desta agência estatal.

## A atuação da SEDUC

A atuação da SEDUC junto aos povos indígenas no Ceará inicia-se, no ano de 1996, com o projeto *Reafirmando a cultura do índio cearense*. Ele tinha por objetivos: 1) desenvolver uma educação escolar indígena que reconhecesse o direito à diferença e preservasse as organizações sociais, costumes, crenças e tradições próprias das populações indígenas; e, 2) construir uma escola que seja um espaço positivo da reconstrução da identidade indígena, formando educadores indígenas que assumam o papel de pesquisadores de suas próprias culturas e se tornem os professores e gestores de seu sistema escolar. Somente a partir da implementação deste projeto, a educação diferenciada se evidencia no Ceará como direito assegurado aos povos indígenas e um dever do Estado. Antes a educação escolar dos indígenas era realizada quase totalmente pelas escolas formais existentes em seu meio ou nas proximidades de onde eles vivem.

Em relação à educação diferenciada no Ceará<sup>3</sup>, é possível afirmar que, diante da morosidade e ineficiência do Poder público em dar assistência aos indígenas, a atuação da SEDUC é vista por alguns como positiva e até pioneira, pois, antes mesmo de a FUNAI reconhecer a existência de muitos dos grupos indígenas cearenses, a SEDUC já assumia entre estes a implantação de escolas diferenciadas, dando, dessa forma, o seu reconhecimento.

A criação das escolas indígenas e o magistério indígena, segundo os Potiguaras, os técnicos do CREDE 13 e da SEDUC, são as iniciativas de maior relevância em termos de educação escolar indígena neste Estado.

Sobre as escolas indígenas, pode-se afirmar que, desde o *Projeto Reafirmando a cultura do índio cearense*, elas foram se expandindo e se consolidando. No ano de 1996, quando iniciou o

---

<sup>3</sup> Para maior conhecimento do contexto da educação diferenciada no Ceará, ver Lima (2007).

projeto, havia apenas 2 (duas) escolas (Tapeba e Tremembé); em 1997, temos 8 (oito). Em 2001, este número sobe para 35 (trinta e cinco) e, atualmente, elas são 38 (trinta e oito). Destas, 35 (trinta e cinco) fazem parte da rede estadual de educação e 3 (três) do município. Para entendermos o salto verificado no ano de 2001, podemos citar o Decreto 25.970, publicado no Diário Oficial do Estado, de 31/07/2000, que estadualizou as escolas indígenas no Ceará. Uma vez institucionalizadas pelo decreto, por meio de contratos temporários, foram efetivadas as contratações de vários professores. Até então, os pagamentos eram efetuados por meio de convênio com as associações indígenas. Quanto ao processo de criação das escolas, a SEDUC destaca a construção de alguns prédios escolares como sendo um grande avanço, pois, entre outras, a precariedade das instalações físicas sempre foi um dos grandes desafios para o funcionamento da educação escolar indígena.

O magistério indígena assumido pela SEDUC<sup>4</sup>, do qual os Potiguaras fizeram parte, aconteceu em dezesseis etapas, ao longo dos anos de 2001 a 2004, contando com a participação de 135 pessoas, sendo estes professores atuantes e interessados que poderiam assumir salas de aula, de acordo com a necessidade de cada comunidade. Seu custo total foi de R\$ 1.121.969,60, dos quais R\$ 871.969,60 foram financiados pelo Banco Mundial e R\$ 250.000,00 pelo FUNDESCOLA. Sua carga horária constou de 1.400h/a de etapas presenciais; 960h/a de atividades individuais e coletivas; 1.100h/a de prática docente orientada e 60h/a de intercâmbio profissional e cultural, totalizando 3.520h/a.

---

<sup>4</sup> Em razão das divergências, no Estado do Ceará, foram realizados simultaneamente três cursos de formação de professores indígenas: o *Magistério Indígena dos Tremembé*, o *Curso de Formação para Professores Indígenas* e o *Curso de Magistério Indígena Tapeba, Pitaguary e Jenipapo-Kanindé*. O primeiro foi promovido por alguns pesquisadores da UFC e contou com os Tremembés de Almofala. O segundo, organizado pela SEDUC, contou com os Potiguaras, os Tabajaras, os Kanindés, os Kariris, os Tremembés do Córrego João Pereira e parte dos Pitaguarys, e Jenipapos-Kanindés. O terceiro, proposto pela APROINT e ligado à FUNAI, contou com os Tapebas, parte dos Pitaguarys e Jenipapos-Kanindés. Devido à participação dos Potiguaras da Serra das Matas, minha abordagem privilegia o curso proposto pela SEDUC. Para maior conhecimento do Magistério Indígena Tapeba, Pitaguary e Jenipapo-Kanindé, ver Nascimento (2006).



Destacando alguns benefícios por ele trazidos para as comunidades indígenas, pode-se afirmar que as pesquisas realizadas pelos seus participantes ao longo das etapas forneceram um material bastante favorável à afirmação da identidade indígena. Desse modo, os livros publicados até o momento com este conteúdo são uma demonstração disso. Estou me referindo, por exemplo, ao *Povo Caceteiro da Serra das Matas - A força que vem da terra*, dos Potiguaras do Mundo Novo, e ao *Livro das Raízes Indígenas*, dos povos indígenas de Crateús<sup>5</sup>.

O conteúdo do curso (com destaque, as abordagens no campo da Antropologia, História e Legislação) colaborou na capacitação dos indígenas para assumirem não apenas as escolas indígenas, mas também a organização da própria comunidade. Foi recorrente a apropriação deste ambiente de acordo com as necessidades e interesses dos indígenas. Quem frequentou este espaço sabe da constância das reuniões nos intervalos das atividades previstas nas etapas de capacitação. Para as articulações do movimento indígena, ele foi bastante útil. As lideranças indígenas dele usufruíram constantemente, utilizando-o para as discussões e, até mesmo, deliberação de questões de seu interesse. O mesmo se aplica às ONGs indigenistas que fizeram destes momentos uma boa oportunidade para manter contatos com os destinatários de suas ações.

## Conclusão

A descrição feita expôs como a descoberta dos direitos indígenas tem implicações diretas na emergência étnica dos Potiguaras na serra das Matas. Dentre estes direitos indígenas, neste relato etnográfico, houve uma atenção à educação escolar

---

<sup>5</sup> Resultado das pesquisas realizados nos outros dois curso de formação de professores indígenas temos: *Tradição por trás da criação* e o *Fazendo Escola*, dos Tremembés; ao *Memória vivida dos índios Tapebas*, dos Tapebas.

indígena em razão da sua importância na visibilidade da etnicidade indígena Potiguar. O recorte procedido visou a demonstrar como o grupo projetou sua indianidade, demarcando uma nova fase, marcada pelo reconhecimento oficial presente na implantação da educação diferenciada, um direito assegurado às populações indígenas na Constituição Federal e atual LDB.

Historicamente a escola esteve a serviço do Estado, colaborando com a submissão dos indígenas, sendo, portanto, um instrumento colonialista e integracionista (FERREIRA, 2001; LUCIANO, 2006; SILVA e AZEVEDO, 1995). Atualmente, o movimento indígena, não apenas no Nordeste, faz da educação uma das principais bandeiras de luta. Buscam convertê-la em um instrumento a serviço da autonomia dos indígenas, pois acreditam que por seu intermédio seja possível fortalecer a cultura e acessar os conhecimentos da sociedade hegemônica.

Mesmo sendo conhecidas as carências e limitações da assistência dada, no Ceará, a atuação da SEDUC é vista por alguns como positiva. Diante da morosidade e ineficiência do Poder Público em assistir os indígenas, a implementação de escolas indígenas foi qualificada como pioneira. Isto porque, em certas comunidades indígenas cearenses, esta foi a primeira política pública implementada. Explicitando, antes mesmo de a FUNAI reconhecer a existência de alguns grupos, a SEDUC dava o seu reconhecimento por meio da abertura de escolas indígenas.

Para os Potiguaras, a escola diferenciada e o magistério indígena são vistos como espaços de aprendizagem onde a identidade se fortalece com a assimilação dos conteúdos ofertados, troca de experiências com os demais grupos indígenas, resgate e revitalização da cultura por via das pesquisas realizadas. A capacitação recebida os torna aptos para assumir não apenas as escolas indígenas, mas também a chefia e a organização da própria comunidade. Não por acaso as lideranças na serra das Matas são majoritariamente as pessoas que atuam como professores nas escolas indígenas.

Na apropriação da educação pelos indígenas, é recorrente o debate sobre o que viria a ser uma escola legitimamente indígena. Como os povos indígenas no Brasil são diversos, as respostas são também bastante variadas. Especialmente por se voltar para grupos diferentes e dizer respeito a eles, o impacto das políticas sociais implementadas pelo Estado sofre o efeito de interesses distintos expressos nas relações sociais de poder existentes nas comunidades indígenas. O caso Potiguara da serra das Matas vem indicar que as ações empreendidas pelo Estado não se implementam automaticamente, têm movimento, têm contradições e podem produzir resultados diferentes dos esperados. A análise do processo de criação da escola indígena pela SEDUC evidenciou os conflitos presentes na serra das Matas, manifestando como a reivindicação da educação diferenciada foi bastante oportuna diante das divergências de interesses, seja com o Poder público local, com os núcleos familiares antagônicos ou com outros segmentos sociais, como os proprietários rurais. Esta constatação me permite atestar o protagonismo dos indígenas ante as intervenções que sofrem.

## Referências bibliográficas

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Os Quilombos e as Novas Etnias. *In: O'DWYER, Eliane Cantarino. Quilombos: identidade étnica e territorialidade*. Rio de Janeiro: Ed. FGV/ABA, 2002.

ALMEIDA, Alyne Silva. **Ninguém queira saber o quanto custa uma saudade – índios Tabajara do Olho d'Água dos Canuto**. Monografia (Graduação em Ciências Sociais), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.

ARRUTI, José Maurício A. A emergência dos remanescentes: notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. *In: Mana – estudos de Antropologia Social*, outubro, v. 3. n. 2, p. 7-38, 1997.

\_\_\_\_\_. A árvore Pankararu: fluxos e metáforas da emergência étnica no sertão do São Francisco. In: OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de (Org.). **A viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1999.

BRASILEIRO, Sheila. Povo indígena Kariri: emergência étnica, conquista territorial e faccionalismo. In: OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de (Org.). **A viagem da volta – etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1999.

CARNEIRO MARTINS, Sílvia Aguiar. Os caminhos das aldeias Xucuru-Kariri. In: OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de (Org.). **A viagem da volta – etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1999.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Antropologia do Brasil: Mito, história, etnicidade**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

ERIKSEN, Thomas Hylland. **Ethnicity and Nationalism: Anthropological Perspectives**. London and Sterling, VA: Pluto Press, 2002.

FERREIRA, Marianna Kawall Leal. A educação escolar indígena: um diagnóstico crítico da situação no Brasil. In: SILVA, Aracy Lopes da Silva & FERREIRA, Marianna Kawall Leal (Orgs.). **Antropologia, história e educação: a questão indígena e a escola**. São Paulo: Global, 2001.

HOBSBAWN, Eric. A invenção das tradições. In: HOBSBAWN, Eric & RANGER, Terence. **A Invenção das tradições**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

LUCIANO, Gersem dos Santos. **O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

NASCIMENTO, Rita Gomes do. **Educação escolar dos índios: consensos e dissensos no projeto de formação docente Tapeba, Pitaguary e Jenipapo-Kanindé.** Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, UFRN, 2006.

LIMA, Carmen Lúcia Silva. **Os Potyguara do Mundo Novo: estudo acerca de uma etnicidade indígena.** Fortaleza: Monografia (Graduação em Ciências Sociais), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2003.

\_\_\_\_\_. **Trajetórias entre contextos e mediações: a construção da etnicidade Potiguara na Serra das Matas.** Dissertação (Mestrado em Antropologia), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

NASCIMENTO, Rita Gomes do. **Educação escolar dos índios: consensos e dissensos no projeto de formação docente Tapeba, Pitaguary e Jenipapo-Kanindé.** Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2006.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. Uma etnologia dos “índios misturados”? – situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In: OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de (Org). **A viagem da volta– etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena.** Rio de Janeiro: Contra Capa, 1999.

SILVA, Marcio Ferreira da Silva e AZEVEDO, Marta Maria. Pensando as escolas dos povos indígenas no Brasil: o Movimento dos Professores do Amazonas, Roraima e Acre. In: SILVA, Aracy Lopes da e GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. **A temática indígena**

**na escola: novos subsídios para professores de 1º. e 2º. graus.** Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995.

WEBER, Max. **Economia e sociedade.** Brasília: Ed. UNB, 1991 [1922].